



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

CGC 75.924.290/0001-69

identidade Costa e Silva, 290 - Caixa Postal 01 - 85.740-000 - Fonefax: 0xx46-5561223

Home Page: <http://www.peroladoeste.pr.gov.br> E-mail: [pmperola@uol.com.br](mailto:pmperola@uol.com.br)

**LEI N.º 311/2002**

**DATA: 24 de dezembro de 2002**

**SÚMULA: Institui no Município de Pérola D'Oeste – PR, a contribuição para custeio da iluminação pública prevista no art. 149-A da Constituição Federal.**

A Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

### **LEI**

**Art. 1º.** Fica instituída no Município de Pérola D'Oeste – PR, a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal.

Parágrafo Único. O serviço previsto no caput deste artigo compreende a iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

**Art. 2º.** A Contribuição incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse, a qualquer título, de imóveis, edificados ou não, situados no território do Município de Pérola D'Oeste – PR.

**Art. 3º.** Sujeito passivo da Contribuição é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóveis, edificados ou não, situados no Município de Pérola D'Oeste – PR.

§ 1º. É o sujeito passivo solidário da COSIP, o locatário, o comodatário ou o possuidor a qualquer título de imóvel edificado situado no território do Município e que tenha ligação privada e regular de energia elétrica.

§ 2º. O lançamento da contribuição poderá ser feito indicando como obrigado quaisquer dos sujeitos passivos solidários.

**Art. 4º.** O valor da COSIP será fixo, em moeda corrente, sendo lançado anualmente para imóveis não edificados e mensalmente para os edificados.

**Art. 5º.** A contribuição será variável de acordo com a área e a localização dos imóveis não edificados e de acordo com a quantidade de consumo e categoria de consumidor (consumidor residencial, comercial e industrial), no caso de contribuintes proprietários, titulares do domínio útil, ou possuidores, a título precário ou não, de imóveis edificados.

**Art. 6º.** Para o exercício de 2003, ficam estabelecidos os seguintes valores da COSIP:

### **I – CONTRIBUINTES PROPRIETÁRIOS, TITULARES DO DOMÍNIO ÚTIL OU POSSUIDORES DE IMÓVEIS NÃO EDIFICADOS.**

#### **1.1. PARA IMÓVEIS SITUADOS NA 1ª DIVISÃO FISCAL**

- a) Área até 1000 m<sup>2</sup>: R\$ 25,00 por ano;
- b) Área superior a 1000 m<sup>2</sup>: R\$ 30,00 por ano.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

CGC 75.924.290/0001-69

Rua Presidente Costa e Silva, 290 - Caixa Postal 01- 85.740-000 - Fonefax:0xx46-5561223

Home Page: <http://www.peroladoeste.pr.gov.br> - E-mail: pmperola@wln.com.br

### 1.2. PARA IMÓVEIS SITUADOS NA 2ª DIVISÃO FISCAL

- a) área de até 1000 m<sup>2</sup>: R\$ 18,00 por ano;  
b) área superior a 1000 m<sup>2</sup>: R\$ 25,00 por ano.

### 1.3. PARA IMÓVEIS SITUADOS NA 3ª DIVISÃO FISCAL

- a) área de até 3000 m<sup>2</sup>: R\$ 14,00 por ano;  
b) área superior a 3000 m<sup>2</sup>: R\$ 18,00 por ano.

## II - CONTRIBUINTES PROPRIETÁRIOS, TITULARES DO DOMÍNIO ÚTIL, POSSUIDORES, A TÍTULO PRECÁRIO OU NÃO, DE IMÓVEIS EDIFICADOS E QUE TENHAM LIGAÇÃO REGULAR E PRIVADA DE ENERGIA ELÉTRICA NO MUNICÍPIO

CLASSE	INTERVALO DE CONSUMO (KWH)	VALOR MENSAL
Industrial	0 até 300	R\$ 8,00
Industrial	301 até 500	R\$ 10,00
Industrial	501 até 1000	R\$ 15,00
Industrial	1001 até 9999999	R\$ 20,00

CLASSE	INTERVALO DE CONSUMO (KWH)	VALOR MENSAL
Comercial	0 até 300	R\$ 8,00 -
Comercial	301 até 500	→ R\$ 10,00 -
Comercial	501 até 1000	R\$ 15,00
Comercial	1001 até 9999999	R\$ 20,00

CLASSE	INTERVALO DE CONSUMO (KWH)	VALOR MENSAL
Residencial	0 até 50	R\$ 0,00
Residencial	51 até 100	R\$ 4,00
Residencial	101 até 150	R\$ 5,00
Residencial	151 até 200	R\$ 6,00
Residencial	201 até 350	R\$ 8,00
Residencial	351 até 9999999	R\$ 12,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

CGC 75.924.290/0001-69

Rua Presidente Costa e Silva, 290 - Caixa Postal 01 - 85.740-000 - Fonefax: 0xx46-5561223

Home Page: <http://www.peroladoeste.pr.gov.br> - E-mail: [pmperola@wln.com.br](mailto:pmperola@wln.com.br)

§ 1º. A determinação da classe/categoria de consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – ou órgão regulador que vier a substituí-la.

§ 2º. Caso seja, por norma federal, admitida a correção monetária de débitos fiscais por período inferior a um ano civil, o valor da COSIP devida mensalmente passará a ser atualizada em periodicidade mensal, a partir do mês subsequente ao da previsão normativa federal.

Art. 7º. O lançamento da COSIP será feito diretamente pelo Município, anualmente, juntamente com o IPTU ou não, relativamente à contribuição devida pelos proprietários, titulares do domínio útil e possuidores de imóveis não edificadas, na forma disposta em regulamento, o qual deverá estabelecer, inclusive, o prazo de pagamento da contribuição.

Art. 8º. A COSIP devida pelos proprietários, titulares do domínio útil, possuidores, a título precário ou não, e que tenham ligação regular e privada de energia elétrica, será lançada mensalmente e será paga juntamente com a fatura mensal de energia elétrica, na forma de convênio a ser firmado entre o Município e a empresa concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão para distribuição de energia no território do Município.

§ 1º. O convênio a que se refere este artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela concessionária ao Município, admitida, exclusivamente, a retenção dos montantes necessários ao pagamento da energia fornecida para a iluminação, dos valores fixados para remuneração dos custos de arrecadação de débitos que, eventualmente, tenha ou venha a Ter o Município com a concessionária.

§ 2º. O montante devido e não pago da COSIP a que se refere o “caput” deste artigo será inscrito em dívida ativa, por parte da autoridade competente, no mês seguinte à verificação da inadimplência efetuada pela concessionária acompanhada de duplicata da fatura de energia elétrica não paga.

Art. 9º. O Poder Executivo deverá regulamentar a aplicação desta lei, inclusive firmando convênio a que se refere o “caput” do art. 8º, no prazo de 30 (trinta) dias após sua publicação.

Art. 10. Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos vinte e quatro dias do mês de dezembro de dois mil e dois.

ADELAR ADELTO BEN

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLICADO	
Jornal	DE BELTRÃO
Edição	2.405
Data	27.12.2002